

“Émeutes” nas periferias francesas: uma análise sobre a queima de carros em 2005

Márcio Ricardo de Carvalho*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH
Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP
Financiamento: CAPES

Resumo: Como compreender os medos e temores provocados pelas queimas de carros nas cidades francesas no outono de 2005? Diante dessa pergunta, analisamos as “émeutes” (motins, revoltas ou rebeliões) dos jovens filhos de imigrantes que explodiram nas periferias de Paris e que durante três semanas se espalharam para outras cidades francesas (contabilizando milhares de carros queimados, além de ataques à edifícios de instituições públicas) por causa da morte de dois jovens (de origem árabe e africana) em decorrência de uma perseguição policial. Apoiados na literatura publicada a partir de 2006 (relatórios oficiais, livros, obras coletivas, artigos e dossiês em periódicos), buscamos entender tais rebeliões no quadro dos novos (ou velhos) medos na cidade. Antes de mais nada, é preciso ter em conta que os medos “urbanos” poem em relevo as questões relacionadas às políticas urbanas (que fragmentam e segregam os espaços) e as políticas de segurança pública (que criminalizam o “outro”, despossuído de uma mesma cidade). É nesta relação que elegemos a queima de carros de 2005 como um fenômeno emblemático por estar marcada por uma historicidade nas cidades francesas e se compor da seguinte definição de “émeute”: *“protesto violento engajado por jovens habitantes das periferias urbanas em resposta à morte violenta de um deles”* em fuga de perseguições policiais (originadas em delitos, supostos ou não). Com esse objeto, buscamos alcançar nossa maior preocupação: a política do medo que se imprime através de políticas urbanas e de segurança pública (respeitadas as diferenças de onde se aplica, embora sempre de modo predominante) na tentativa de contornar os efeitos e conflitos de uma cidade/sociedade de classes. Quando não há perspectiva de trabalho e/ou de futuro, os condenados da cidade (habitantes da periferia, sobretudo os mais jovens, subjugados pela etnia, religião e moradia) são elevados à condição de temor e ameaça.

Introdução

Para o poder, há mais de um século, qual é a essência da cidade? Cheia de atividades suspeitas, ela fermenta delinquências; é um centro de agitação. O poder estatal e os grandes interesses econômicos só podem então conceber apenas uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana.

Henri Lefebvre, *O direito à cidade*.

Como podemos caracterizar o “medo urbano”? É possível historicizar este fenômeno nos limites da sociedade industrial, compreendendo suas mudanças e permanências no que se referem aos diversos espaços e sujeitos da cidade? Que “repertório” é esse de receio, temor ou ameaça com implicações objetivas capazes de

alterar o plano urbanístico e as políticas sociais de controle das mazelas urbanas e seus fenômenos mais aparentes como a criminalidade?

Expressões como “paisagens do medo” (TUAN, 2005), “ecologia do medo” (DAVIS, 2001), “arquitetura do medo” (CALDEIRA, 2000), “comunidades do medo” (ARANTES, 2006a), “periferia do medo” (BATISTA, 2003a) e “labirintos do medo” (REGUILLO, 2001), entre outras, têm pululado nas compreensões sobre o espaço urbano. De diferentes matizes teóricas e construídas a partir de objetos empíricos distintos, essas categorias nos revelam algumas questões que se inter-relacionam sobre a concepção de cidade predominante, calcada por uma negatividade relativa à percepção das ameaças, perigos e inquietações que regem a vida urbana.

De alguma maneira, apontam para a predominância de um “espectro” do medo ou composto de estigmas, preconceitos e estereótipos que se construíram nas cidades, sob condições históricas particulares, mas que incidem diretamente sobre as políticas urbanas que fragmentam e segregam os espaços e as políticas de segurança pública que criminalizam os “outros”, despossuídos em uma mesma cidade.

Neste aspecto, partimos da idéia de que as cidades em que vivemos não seja um produto do capitalismo. Porém, sob este, suas ruas e bairros, moradias, espaços públicos e privados de todas as ordens têm sido segregados de tal maneira que, em cada cidade, a partir dos processos de urbanização vinculados direta ou indiretamente à industrialização, seus aspectos depreciativos passaram a se sobressair e a caracterizá-la como um “caos maldito”.

Porém, esta é a particularidade das cidades atuais? Não serem mais o *locus* humano *par excellence* como um refúgio humano das intempéries da natureza e de ameaças “estranhas”, mas um lugar produtor de incertezas e temores que impõe o abandono da cidade e do urbano, através dos processos de fragmentação, segregação e privatização do espaço?

Se essa assertiva encontra respaldo empírico e histórico, nos cabe indagar acerca da natureza dos medos relativos a essa última caracterização, entre outras questões: como se forjaram os medos expressos nessas cidades? Quais as razões histórico-sociais que os encerram? Qual é o seu papel na produção do espaço desigual das cidades, sobretudo quando relacionado aos temas candentes da violência e crime nos seus diversos espaços?

É nesta relação do medo com a produção do espaço desigual e as políticas de segurança na cidade que elegemos um fenômeno recente como sendo emblemático

para a nossa análise: as “*émeutes*” (motins, rebeliões ou levantes) de jovens descendentes de imigrantes que irromperam na periferia de Paris e se irradiaram por cerca de três semanas por toda a França no outono de 2005, contabilizando milhares de carros queimados, prédios depredados e ataques às instituições públicas e privadas.

Neste aspecto, salta aos olhos a publicação de uma série de análises, lançadas nos últimos três anos, centradas na tentativa de compreender o fenômeno que tomou a imprensa pelos quatro cantos do mundo, nos impele à investigação de como as “*émeutes*” e os “*émeutiers*” têm sido observados pelos sociólogos, sobretudo franceses, em um país ainda marcado pelo “*welfare state*” ou “políticas de bem-estar social” num contexto de revolta que parece compor a denúncia da segregação sócio-espacial articulada à criminalização de seus moradores mais pauperizados.

Os horizontes das ameaças, temores e medos na cidade

Antes de mais nada, vale considerarmos alguns indícios de nossa hipótese, a predominância de uma política do medo na cidade “moderna” (industrializada/urbanizada) nos termos das políticas urbanas e políticas públicas de segurança, calcados em alguns autores (ADORNO, LAMIN, 2006; BAUMAN, 2003, 2008; FOUCAULT, 2002; LEFEBVRE, 2001; ROLNIK, 1997; TUAN, 2005) e nutridos por inquietações que se esboçaram em nossas pesquisas anteriores.¹

Segundo os raciocínios destes autores, os medos nas primeiras aglomerações humanas estiveram vinculados ao exterior da cidade: a possibilidade de ataque estrangeiro, do campo ou das forças da natureza. Ou seja, a cidade era a fortaleza humana em face dessas intempéries. Nas cidades mais apinhadas, desde a Roma Antiga às cidades medievais, os receios e temores internos estavam relacionados com as catástrofes provocadas por incêndios, epidemias e outros malefícios decorrentes de instalações precárias.

Com a industrialização e urbanização decorrente, outros medos se agregaram: “*riots*” por pão e trabalho ou projetos revolucionários (TUAN, 2005). É concomitante a esse momento que se re-elaboraram as características “paisagens do medo” que nos acompanham até os dias atuais: a tortura pública e a morte nos suplícios ou forcas (que de tamanha presença nas cidades européias se tornaram pontos de referência urbanos) foram substituídas por “artes mais refinadas – diabólicas ou redentoras – de exílio ou reclusão” (TUAN, 2005: 278).

Duas referências sustentam essa idéia: para Tuan (1980: 288), até a Revolução Industrial, se identificavam fatores positivos e negativos no espaço urbano uma vez que a “cidade simbolizava ordem, liberdade e glória, mas também mundanismo, corrupção das virtudes naturais e opressão”; e Lefebvre (2001: 04) afirma que a cidade era uma “obra”, um centro de vida social e política onde não se acumulavam apenas as riquezas, mas também conhecimentos, técnicas e obras: “[...] o uso principal da cidade, isto é das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, [era] a Festa”.

Nas cidades européias, que se industrializaram nos séculos XVIII e XIX, diversos conflitos foram travados, relacionados com o trabalho diretamente, com a moradia inexistente ou até mesmo pelo pão de cada dia negado (BRESCIANI, 1990). A esses distúrbios, dissensões ou motins, as empresas e o Estado responderam, como atenta Lefebvre (2001), conforme a “estratégia” de desvalorização, degradação e destruição da sociedade urbana. Surgia o medo urbano característico do capitalismo: o medo dos “pobres”, de sua miséria e sua doença; dos trabalhadores, de sua organização política. Em busca de contorná-lo, sob o signo da “medicina social urbana”, ascendiam tentativas de controle do morbo que assolava a todos, de maneira que:

“se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido [...] foi considerada um perigo para a cidade [...]. Foi esse o momento de grande redistribuição, no II Império Francês, do espaço urbano parisiense” (FOUCAULT, 2002: 94-95).

A urbanização propalada pelo Barão de Haussmann nas ruas de Paris, quando “prefeito” de 1851 a 1870, tornou-se exemplar no planejamento urbano para outras cidades ao, em um só tempo, “modernizar”, garantir a inviabilidade de bloqueios de vias públicas por sublevações populares e suas barricadas (BERMAN, 1986; ENGELS, 1977) e, sobretudo, preservar dos “perigos” da coabitação:

Depois de 1848, a burguesia francesa se vê cercada pela classe operária. Antigos operários (nas profissões artesanais) e novos proletários penetram até o próprio âmago da cidade; moram em pardieiros mas também em casas alugadas onde pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e operários, os andares superiores. Nessa “desordem”, os operários ameaçam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a Comuna confirmará. Elabora-se então uma estratégia de classe que visa ao remanejamento da cidade, sem relação com sua realidade, com sua vida própria. É entre 1848 e Haussmann que a vida de Paris atinge sua maior intensidade. Mais tarde isso acabará (LEFEBVRE, 2001: 15).

A experiência da urbanização no século XX, em especial na América Latina, poderia ter ofertado condições melhores aos sujeitos das cidades, graças aos avanços da medicina e das técnicas industriais (SANTOS, 1982), porém, o assombroso crescimento demográfico foi acompanhado de políticas urbanas, sanitárias e policiais análogas ao processo de “modernização” europeu. Ao estabelecer um paralelo entre a urbanização europeia e latino-americana, particularmente, no Brasil, Santos (1982: 52) afirma que as cidades europeias eram um cenário de martírio das almas a ponto de Toulouse, França, ser conhecida por “cidade devoradora de homens” (em razão das inúmeras mortes de trabalhadores nas máquinas do século XIX). Deixar os campos e se dirigir à cidade, neste caso, significava acessar a morte certa e inevitável. Além de Santos (1982), Berman (1986: 147) descreve, a partir de Chevalier (1984), o horripilante quadro dos velhos bairros centrais de Paris de modo que os parisienses pobres, desejosos de partir “para qualquer lugar longe do seu mundo”, não se opusessem à Haussmann:

“[...] explosão demográfica, que dobrou a população, enquanto a edificação de mansões de luxo e prédios públicos reduzia de maneira drástica o estoque de moradias; crescente desemprego em massa, fato que [...] conduzia diretamente à morte por desnutrição; aterradoras epidemias de tifo e cólera [...]”.

É desse modo que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo emergem na bibliografia sobre o medo com diversas revoltas que coloriram o final do século XIX: no Rio de Janeiro como, por exemplo, a provocada pela reforma de Pereira Passos (CHALHOUB, 1996) e insurreições de escravos (BATISTA, 2003b); e sublevações anarco-sindicalistas paulistas nas primeiras décadas do século passado (ARANTES, 2006a). A concepção predominante de políticas urbanas polarizava seus sujeitos nos limites das possíveis ameaças, como demarcava Vitor da S. Freire, diretor de obras de São Paulo por 27 anos (1899 e 1926):

“[...] o que elles devem ter em vista pois, esses códigos sanitários e municipaes é um duplo objetivo: 1º) positivo, de protecção e amparo – proporcionar à parte da população que aspira viver n’um ambiente sadio e decente, e educar a sua prole em condições de dignidade, disposições que facilitem realizar essa tão legítima ambição; 2º) negativo, de repressão e polícia – impedir que a parte restante, a qual pouco se importa com tudo isso, ou é incapaz de tentar o esforço necessário para o alcançar, possa crear situações que venham a constituir ameaça para os visinhos, para a comunidade e para a civilização” (ROLNIK, 1997: 43).

Preceitos equivalentes a esses perpassaram todo o desenvolvimento do ideário urbanístico do século XX, correlacionando política urbana com o medo das “classes

dangereuses” na França, do cinturão *rouge* da classe operária ocupado, a partir dos anos 60, por imigrantes e seus descendentes, sobretudo *maghrebins* (do Maghreb, norte da África) (STÉBÉ, 2003); dos “*ghettos*” e da “*underclass*” norte-americana, no confinamento espacial de negros e imigrantes asiáticos e hispânicos (WACQUANT, 2001; TUAN, 2005); das populações “marginalizadas” ou faveladas no Rio de Janeiro e São Paulo, como em quase todas as demais cidades latino-americanas (PERLMAN, 1977; KOWARICK, 1975; CALDEIRA, 2000). Experiências que produziram a cidade em que vivemos de modo que Bauman (2003: 55) sugere que:

Os medos contemporâneos, os “medos urbanos” típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram a construção das cidades, concentram-se no “inimigo interior”. Esse tipo de medo provoca menos a preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade como um todo – como propriedade coletiva [...] – do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora, a própria cidade em inúmeras direções. Bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas bem armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente – tudo isso para afastar concidadãos indesejáveis, não exércitos estrangeiros, salteadores de estrada, saqueadores ou outros perigos [...].

É, nesse contexto, em que os muros se voltam para o interior das cidades, tal como Caldeira (2000) atenta para a propagação da privatização do espaço com uma “arquitetura” que impõe uma “cidade de muros”, que se ampliaram os sentimentos de receio ao “outro”, “estranho”, “estrangeiro” (inclusive de uma mesma sociedade, cidade ou região), sobretudo quando “o crime e a violência [se tornaram] um artifício ou um idioma para se pensar o ‘outro’” (ZALUAR, 1998: 249)². Neste sentido, Zaluar (2004: 244) lembra que pesquisas de opinião têm atestado a “gravidade e centralidade na percepção de quase todos os setores da população, assim como o temor coletivo diante de uma escalada da criminalidade, temor ampliado, segundo quase todos os autores [Kowarick, Caldeira, Souza, Oliven, Pinheiro]” de modo que “o medo nosso de cada dia é o problema”.

Entretanto, para esses autores, este “medo” relacionado com essa “escalada da violência” merece ser desafiado e, aqui, pensamos em Chesnais (1981 apud ADORNO e LAMIN, 2006: 158-160) quando destaca os fatores para a ampliação dos sentimentos de insegurança e medo:

- 1) Aumento da percepção da delinquência (em razão do “alargamento” das práticas tornadas penalidades);

- 2) A emergência dos delitos contra a propriedade numa sociedade na qual “os bens enfeixados de propriedade privada” passam a ser uma “extensão” do corpo;
- 3) A racionalização dos dispositivos de segurança, como uma “necessidade quase obsessiva de se proteger contra tudo” nestas “sociedades de segurança”; e,
- 4) de acordo com o “processo civilizador” de Elias (1994): “quanto mais um fenômeno desagradável diminui, mais ele se torna insuportável” e produz discursos alarmistas e catastróficos, logo, um bom apelo para a segurança privada e o “venda bem o medo”. Assim, conforme a afirmação de que houve redução das taxas de violência neste “processo”, Adorno e Lamin (2006: 161) concluem que “interpretar o impulso do sentimento de insegurança em termos de um crescimento da violência objetiva é não somente ilusório como mistificador”.³

É com esse questionamento, do aumento da violência como explicação para a ampliação do medo ou sentimento de insegurança, que nos preocupamos com a maneira pela qual as nossas sociedades vivenciam o problema violência/crime: de um lado, deve ser detectado, diagnosticado e enfrentado; ou, de outro, deve servir *como sustentáculo de uma “política do medo” contra as diversas dissensões sociais, políticas e econômicas* em uma sociedade de classes? Talvez, a última hipótese seja a mais difundida e aplicada nas cidades, como sugere Caldeira (2000: 09):

A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social. [...] Os discursos sobre o medo [...] encontram diferentes referências [...], dizem respeito ao crime [...] mas também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados. [...] No entanto, as formas de exclusão e encerramento sob as quais as atuais transformações espaciais ocorrem são tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades.

Essa reconfiguração das novas formas de segregação espacial e discriminação social, aplicadas mundo afora, tem se desenvolvido em projetos que se propuseram, inclusive, na tentativa de contornar a concepção negativa de cidade. É o caso da chamada “*gentrification*” que, embora seus promotores lancem mão de eufemismos como “revitalização”, “recuperação”, “reabilitação”, “requalificação” ou “regeneração”, escamoteia “o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas influentes ao coração das cidades” (ARANTES, 2000: 31).⁴

Em resumo, essa reconquista data-se da consagração do planejamento empresarial nas cidades norte-americanas a partir da década de 60 (HARVEY, 1996) e

retorno das classes médias inglesas às áreas centrais degradadas (aferindo o caráter de “*gentry*”, relativo à “gente nobre”) (SMITH, 2006) até a incorporação de investimentos culturais de porte industrial à francesa, na “Era Mitterrand”, na década de 80 (ARANTES, 2000).

Aglutinadas tais experiências, coloca-se a “*gentrification*” na promoção de “identidades” urbanas, em um mundo que se “globaliza” ou “mundializa”, por meio de Planos Estratégicos Urbanos calcados na particularidade histórica e cultural da cidade e recuperação de seus museus, igrejas, prédios e “entornos”. Os exemplos são diversos e, dentre eles, são conhecidos, particularmente, a reforma de Paris para a comemoração do bicentenário da revolução francesa (1989); a preparação da cidade de Barcelona para as olimpíadas de 1992; a revitalização da região do SoHo em Nova York, acompanhada da “bem sucedida” política de “Tolerância Zero” (ARANTES, 2000; WACQUANT, 2001); a “nova cidade” em São Paulo, na região da avenida Luís Carlos Berrini (FIX, 2001; CARLOS, 2001); entre tantas outras cidades.⁵

Enfim, uma “identidade” que tem sido criticada na medida em que a maior preocupação é a “venda de imagem de cidade segura e/ou atrativa” (BORJA e CASTELLS, 1997: 192 apud VAINER, 2000: 81) aos representantes do capital financeiro e imobiliário (FIX, 2001; ARANTES, 2000). Esse propósito que anima os projetos de revitalização urbana, não parece ser a retomada da cidade enquanto “obra”, no sentido de Lefebvre (2001), muito embora proponha a superação da concepção negativa de cidade (ou, mais precisamente, de determinados espaços desta). Smith (1996) atribui essa preocupação com a segurança no contexto da “*gentrification*” como sendo a revanche do capital “à deterioração provocada pela onda de desregulamentações e cortes nos programas sociais”. A partir de Smith (1996), Arantes (2000: 37) compreende a “cidade revanchista” como uma “estratégia fatal” que se configura na:

[...] expressão de uma escalada mais extensa e profunda na guerra social contemporânea, cristalizada, entre outras patologias da atual hegemonia global, numa espécie de *novo senso comum penal* – criminalização da pobreza e normalização do trabalho precário [...]. Uma “nova doxa punitiva” alimenta a progressiva substituição do Estado Social pelo Estado Penal [...], tanto quanto à *estetização cultural do medo*, induzida pela atual fase de gentrificação (grifo nosso).

Ora, se a proposta era “vender” a segurança de espaços recuperados em um contexto de desregulamentação dos direitos sociais, algo de curioso se revela aos asseclas de tais “gentrificações”. Após ser forjada a recuperação da cidade nos anos

80, Paris sofre uma explosão de violência no outono de 2005: a queima de mais de 28.000 carros, em razão da morte de Zyed Benna e Bouna Traoré (jovens 15 e 17 anos, de origem árabe e africana), que partiram de Clichy-sous-Bois (periferia de Paris) ou “*zone urbaine sensible*” – ZUS 93 e se espalharam por todas as “*banlieues*” do hexágono (CENTRE..., 2006). É diante desse exemplo na “cidade-luz”, palco de tantos modelos e políticas urbanas nos séculos XIX e XX, que nos colocamos a questionar: até que ponto esses eventos não colocam em xeque essa “*gentrification*” como modo de revitalização urbana contra o medo na cidade, não apenas em Paris, mas nas cidades com similares pretensões? Mas, vejamos outras razões para essa questão.

Breves apontamentos sobre as “émeutes” francesas de 2005

[o sistema de justiça francês] é um fator de “proletarização”: [... ao] coagir o povo a aceitar o seu estatuto de proletário e as condições de exploração do proletariado [...] dirigia-se especialmente aos elementos mais móveis, agitados, os “violentos” da plebe [...]. Eram estas pessoas “perigosas” que era preciso isolar (na prisão, no Hospital Geral, nas galés, nas colônias) [...]. Esse medo era grande no séc. XVIII, foi maior ainda depois da Revolução e na ocasião de todas as agitações do séc. XIX [... Por fim, era preciso] fazer com que a plebe não proletarizada aparecesse aos olhos do proletariado como marginal, perigosa, imoral, ameaçadora para a sociedade inteira, a escória do povo, o rebotalho, a “gatunagem”; trata-se para a burguesia de impor ao proletariado, pela via da legislação penal, da prisão, mas também dos jornais, da “literatura”, [... uma] barreira ideológica entre ele e a plebe não proletarizada.

Michel Foucault, *Microfísica do poder*.

Neste longo raciocínio acerca do sistema de justiça francês, que passou a vigorar no século XVIII e todas as estratégias concebidas a fim de isolar as pessoas “perigosas” aos olhos da burguesia ascendente, Foucault (2002: 50) apresenta os termos pelos quais pensamos o medo em uma sociedade de proprietários e despossuídos. Sua compreensão explicita em certa medida as inquietações que demarcam o breve *détour* histórico que ensaiado acima, colore as preocupações dos autores que nos utilizamos aqui e esteve presente nos resultados de nossas pesquisas anteriores, sobretudo no que se refere à criminalização recorrente (efetiva ou ideológica) dos sujeitos, bairros e regiões pauperizadas das cidades que, a nosso ver, encontra novas cores nos acontecimentos de 2005 ocorridos nas periferias francesas.

Os acontecimentos que ocorreram neste início de milênio sob o signo do medo na cidade – dentre os mais conhecidos, citamos os ataques às torres gêmeas em Nova York (2001), em Madrid (2003) e Londres (2005); do “Partido do Comando da Capital” a

partir de penitenciárias em São Paulo (2006); e a queima de carros nas periferias francesas em 2005 – nos apareceram, cada qual sob seu lugar e historicidade. Alguns autores chegam a sugerir “fios condutores” de análise que os reúnem no quadro dos usos estatais e empresariais de tais fenômenos, caracterizando-os no contexto da configuração de um “estado de exceção” ou “estado de sítio” permanente sob “campanhas de segurança” e diversos mecanismos jurídicos e administrativos para deles retirar proveito (ARANTES, 2006a; ZIZEK, 2003).⁶

O fato é que, aqui, nosso interesse recai sobre o modo como essas questões se manifestam nas cidades e nelas tem a sua expressão. Por essa razão é que descartamos, aqui, os ataques às torres gêmeas em Nova York e do PCC em São Paulo. Ambos demarcam o contexto de “sítio” no qual emergiram as “*émeutes*” francesas, mas não inter-relacionam, necessariamente, política urbana e política de segurança. Tiveram as cidades como palco dos acontecimentos e as políticas estatais, advindas como resposta, foram centradas na segurança, nos termos nacionais ou do controle de organizações carcerárias⁷. Porém, em nenhum dos casos, a cidade parece ser questionada nos seus aspectos sócio-espaciais – sobretudo por sujeitos que em seus espaços vivem – como foi o mote da queima de carros de 2005. Assim, as “*émeutes*” francesas, enquanto fenômeno urbano, se articulam com os fenômenos dos guetos norte-americanos e das favelas no Brasil e na América Latina (essa articulação merece cuidados, como veremos adiante): cidades segregadas, fragmentadas e privatizadas em que enormes contingentes populacionais são alijados e, conforme já dito, recorrentemente criminalizados.

É nesse aspecto que nos interessamos pela queima de carros: pelo fato de apresentar os elementos que se insinuam nos países “centrais”. Ao tratar da “nova’ pobreza urbana em sociedades avançadas”, as regiões etnicamente segregadas de Chicago (EUA), Wacquant (2001) se dirige à crítica do modelo econômico e social que acirra as desigualdades sócio-espaciais, além de enfatizar a distância que guarda a experiência do gueto norte-americano com as “*banlieues*” francesas, embora compartilhem de uma mesma “marginalidade avançada”.

Ao comparar os guetos norte-americanos e as “*banlieues*” (Woodlawn em Chicago e Quatre Mille de La Courneuve na “*banlieue*” parisiense, “modelo do ‘território operário’ tradicional em decomposição”), Wacquant (2001: 120) aponta que, embora existam similaridades na morfologia e vivência das populações (que caracteriza a “marginalidade avançada”: fragmentação/precariedade no mundo assalariado;

deterioração; fixação e estigmatização; e dissolução do “lugar”), a estrutura e a escala são diferentes nos termos de: *ecologias sociais díspares* (os guetos americanos são muito maiores do que as “*banlieues*”); segregação racial do gueto contra heterogeneidade étnica nas “*banlieues*”; *taxas e níveis de pobreza divergentes* (falta de proteção social do estado norte-americano, face ao francês); *criminalidade e taxa de perigo* (dados refutam a comparação); e *políticas públicas e degradação da qualidade de vida* (as políticas francesas de refreamento da degradação social, mesmo sem atacar o desemprego, se distanciam da política de abandono nos EUA). Neste mesmo aspecto, Stébé (2003: 75) faz a mesma crítica ao caráter fantástico que recorrem políticos de direita e esquerda, mídias e cientistas sociais:

À faire usage d'images chocs, le terme “guetto” est alors apparu pour designer les quartiers d'habitat social dégradé des périphéries urbaines et, par amalgame, l'espace désormais discrédité de la “banlieue”. À chaque problème de délinquance signalé dans telle ou telle cité, les quartiers difficiles de New York, de Los Angeles ou de Chicago sont évoqués, et avec eux le spectre du guetto noir américain.

Este apontamento de Stébé (2003) é importante, pois a comparação entre o gueto e as periferias francesas degradadas se iniciou precisamente nos anos 1980 sob o *pânico moral* (COHEN, 1972 apud WACQUANT, 2001: 114) da imprensa, da academia e da política, com

[... as] famosas “agitações” de Minguettes em Venissieux e [...] Quatre Mille em La Courneuve, e [...] se acelerou bruscamente por ocasião dos incidentes em Vaulx-en-Velin em outubro de 1990, qualificados pela imprensa de “motim”, “revolta”, ‘insurreição’ (como se diz de uma população subjugada) e mesmo de “verdadeira guerrilha urbana” (WACQUANT, 2001: 116).

Na ocasião da queima de carros de 2005, as análises feitas partiram logo para atentar que, como escreve Wacquant (2001), esse fenômeno não se constitui em uma novidade (ARANTES, 2006; CENTRE, 2006; MARLIÈRE, 2006; PERALVA, 2006). Chamados por Peralva (2006) de “levantes da morte”, a caracterização das “*émeutes*” de 2005 respeita o fato de serem manifestações em razão de mortes de jovens (adolescentes) em fuga de perseguições policiais (originadas em delitos, supostos ou não). Os enfrentamentos com a polícia datam de 1979, 1981 e 1983 (Vaux-en-Velin e Minguettes na periferia de Lyon) sendo o mais aludido o de 1990 em Vaux-en-Velin, “em plena renovação urbana” (PERALVA, 2006: 85), conformando a primeira “*émeute*”, se assim for definida: “como *um protesto violento engajado por jovens habitantes das periferias urbanas em resposta à morte violenta de um deles*”.⁹

Neste sentido, a morte dos dois adolescentes de 17 e 15 anos no transformador da empresa EDF (*“Electricité de France”*), em Clichy-sous-Bois (periferia de Paris), coroa um crescente número de enfrentamentos entre jovens e policiais que as “comunidades do medo” (denominação de Arantes (2006) para as 752 ZUS catalogadas) têm protagonizado há anos, mas, em 2005, alcançou 300 dessas “communes” na 2ª semana de eventos, conforme relatório do *Centre d’Analyse Stratégique* (2007: 10). Antes das “émeutes” de 2005, Stébé (2003: 59) afirma que a historicidade de queimas de carros nos “quartiers sensibles” é o resultado da exclusão e desorganização social “*alimentée par la pauvreté et la dégradation [...], mais surtout par des rapports sociaux faits de méfiance, d’hostilité et de tensions*”. Segundo dados de Arantes (2006b: 08),

[em] 2003, foram incendiados nos subúrbios franceses 21.500 carros, 60 em média por noite; antes das revoltas do último outono, as cifras anunciavam 28.000, média diária de 90. Com a explosão dos motins, o pico foi atingido na noite do domingo 7/11/2005 para segunda: 1.408 veículos. Era a décima primeira noite de tumulto. A partir daí a curva começou a baixar, chegando enfim a 271 na décima oitava noite [... “se] aproximando aos poucos da média estatística de 90 veículos sacrificados todas as noites às chamas nos quatro cantos da França” (grifos nossos).

Assim, as perguntas que ocorreram a todos e orientariam os pesquisadores deste centro foram: “*pourquoi les émeutes ont-elles émergé? Comment se sont-elles développées et pourquoi se sont-elles arrêtées?*”. Para respondê-las, seria necessário entrevistar os moradores da periferia parisiense “*sur leurs perceptions des émeutes*” e pesquisas dessa natureza, realizadas em Clichy-sous-Bois e Aulnay-sous-Bois (ZUS da periferia parisiense, emblemáticas no volume e ritmo das ocorrências) apontaram a desconfiança dos jovens nas instituições (sobretudo a polícia), que, segundo pais e vizinhos, lhes atribui os problemas que se revelam sob a marca da violência ou da ameaça, concluindo que, para compreender as “émeutes” de 2005,

il est aujourd’hui essentiel de reconnaître la profondeur de cette triple crise [social política e institucional], sans chercher à régler ce que l’on appelle, depuis près de 25 ans, le “problème des banlieues” par un traitement univoque (tantôt social, tantôt sécuritaire), calqué sur des considérations politiciennes. Faute de prendre en compte ces divers aspects, on se borne à stigmatiser les classes populaires habitant ces quartiers et à faire de la violence une donnée, là où elle est produite et reproduite socialement et politiquement” (CENTRE, 2006: 130).

Além disso, vale a pena considerar também a mobilização dos sociólogos face às “émeutes” de 2005, tendo em vista o volume de publicações dedicadas ao tema (ver “bibliografia sobre as ‘émeutes’ francesas de 2005”), desde livros, obras coletivas,

dossiês e artigos em periódicos, até mesmo daqueles que não tinham por hábito se dirigir a “temas da atualidade”. Neste último caso, notemos a justificativa dos editores da revista *Espaces et Sociétés* (2007: 15-16) ao afirmar que foram interpelados a tomar parte do debate:

Les émeutes de novembre 2005 ont eu un grand retentissement, à la fois médiatique et scientifique. Les chercheurs en sciences sociales ont été sollicités et, de façon classique, un certain nombre d'entre eux ont joué un rôle d'expert dans la presse écrite et/ou devant les caméras. Mais un autre phénomène est apparu avec un temps de décalage: l'extraordinaire effervescence de la communauté scientifique. En un an, le nombre de numéros spéciaux de revues scientifiques et d'ouvrages publiés sur les émeutes de 2005 est impressionnant, sans compter les textes diffusés sur Internet.

Com a dimensão que esta citação imprime sobre a relevância das “émeutes” francesas, nos perguntamos por que, às sombras do outono de 2005, tanto se escreveu sobre um fenômeno que já continha uma historicidade e, inclusive, já era objeto de estudos de uma série de pesquisadores (das ciências sociais, sobretudo)? Qual é a “surpresa” em 2005? Qual é a particularidade deste momento? Tomamos, aqui, Sooter (2007: 06) quando atenta para a posição intelectual e midiática francesa diante dos ataques em Londres, junho de 2005:

After the initial shock, French media and intellectuals comment that the attacks can be regarded as proof of the failure of the British multicultural model. France's republican model, regarding each individual as equal and rejecting the formation of ethnic groups/communities, is considered more effective in preventing the evolvement of these extremist expressions and acts.

Poucos meses depois, com os eventos na própria França, a surpresa francesa exigiria inquirir: “*Who are these rioters? Why are they behaving like they do? How do they mobilize?*” (idem, 07). A partir disso, perguntamos: quais os posicionamentos e instrumentos de fundamentação (teóricos, etnográficos ou estatísticos) daqueles que se dedicaram a essas periferias francesas, marcada pelas condições sócio-espaciais precárias e por expressões (imaginárias ou reais) de violência?¹⁰ Neste sentido, como é que o termo “violência” é tematizado por estes pesquisadores na análise das queimas de carros e conflitos relacionados?

Esta última pergunta se deve à comparação corrente, que se estabeleceu nos meses que se seguiram ao outono francês de 2005, com um evento de dimensões similares no cenário midiático: as manifestações dos estudantes universitários contra o “*Contrat du Premier Emploi*”; os eventos de 2005 tratados por “violência” e as manifestações estudantis de 2006 como questão política (em particular pela característica

das formas organizativas). Neste aspecto, vale considerar o seguinte apontamento dos pesquisadores do *Centre d'Analyse Stratégique* (2006: 83) sobre as dificuldades em entrevistar os jovens nas periferias de Paris, abordados um mês após o anti-CPE:

Une autre difficulté consistait à faire revenir les personnes interviewées sur les émeutes en elles-mêmes. Bien souvent, nous avons constaté que les repères chronologiques étaient flous et que des événements qui ont eu lieu à d'autres moments (durant le mouvement anti-CPE, par exemple) nous étaient alors racontés. Mais cette confusion nous a permis de comprendre qu'il y avait un continuum d'événements violents au sein du quartier et, plus largement, sur la ville, qui rend assez difficile d'isoler novembre 2005 de son "avant" et de son "après". Même si tous s'accordent pour dire qu'il s'agissait d'un moment paroxystique, il s'insère dans une certaine continuité.

À guisa de apontamentos, não de conclusões...

Diante dessas questões, retornamos às nossas perguntas iniciais: como tal fenômeno se relaciona com o caráter das “*gentrifications*”? Se as “*gentrifications*” buscam recuperar e revalorizar os símbolos mais marcantes e, paralelamente, “vender” a imagem de cidade “segura” para atrair novos visitantes ou negócios, qual é a concepção de cidade que prevalece quando se re-estabelece novos “*enclousures*” e se ameaça qualquer projeto democrático (que, inclusive, as “revitalizações” urbanas poderiam postular e os conflitos correntes parecem deflagrar)?

Temos em vista, aqui, o que os autores revelam como predominante na cidade nesta virada de milênio, com a idéia de que a centralidade simbólica da cidade “parece ser uma fórmula do passado” com a “super-monofuncionalidade” (GUERRA, 2003; LEFEBVRE, 2001) e, na qual, a “fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial” coloca em jogo a cidade “como uma unidade na diversidade” (SOUZA, 2000) ou “destinos e projetos historicamente compartilhados” (KOWARICK, 2000). Para se ter uma idéia de como a democracia se expressa nos chamados Planos Estratégicos, Davis (2000: 341) cita o relatório de Los Angeles que propõe como cognome para a cidade o título de “*Blade Runner*”, em alusão aos temores da “fusão das culturas individuais num poliglotismo popular de maus presságios, com hostilidades não resolvidas” (sic).

Resta-nos, verificar de que maneira o medo (da violência, do crime e outros problemas) se conforma em uma “política do medo” que, como um “espectro” (no sentido que se refere a “aparência vã de alguma coisa” ou “aquilo que constitui ameaça”), tem sustentado políticas urbanas, sociais e de segurança que ampliam ainda mais os receios e temores em relação ao “outro”, na cidade ou em qualquer lugar; e, diante do exposto, questionar se, afinal, é possível concordar com Adorno e Lamin

(2006: 169) quando afirmam que “o medo, que antes era associado aos comunistas, com o crescimento do crime urbano, se estendeu para todas as pessoas; [em que] qualquer um pode ser o inimigo”?

Notas

* Mestre em Ciências Sociais, Doutorando em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, sob orientação da Prof. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes, marciosociais@gmail.com

Nossas pesquisas, de iniciação científica e mestrado, sob orientação da Dra. Sueli Andruccioli Felix, compuseram a Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) “*Os lugares da cidade e a percepção espacial em Marília/SP*” (financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento/CNPq) e a Dissertação de Mestrado “*Percepção espacial, crime e medo: um estudo sobre as evidências sócio-espaciais e sociabilidades em Marília/SP*” (financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP – Processo 05/53632-8). Dessas pesquisas, em busca da percepção espacial, crime e medo em uma cidade média do interior paulista (Marília, a 450 km da capital, com cerca de 200 mil Hab.), destacamos, aqui, as percepções relativas ao crime e medo dos moradores (captadas em 46 entrevistas semi-estruturadas gravadas; distribuídas conforme dados sócio-espaciais organizados pelo Grupo de Pesquisa e Gestão Urbana de Trabalho Organizada/GUTO da UNESP/Campus de Marília). Essas percepções revelaram que as recusas ou receios sobre determinados bairros se referiam sobremaneira aos bairros populares periféricos nos extremos norte e sul da cidade (Santa Antonieta e Nova Marília, que juntos correspondem a 45% da população urbana), com 60% de citações justificadas por “perigoso”, “muita violência”, “alta criminalidade”. Porém, conforme mapas da dinâmica criminal (a partir de B. O.s criminais), tais bairros apresentavam, em comparação com as demais regiões, os mais baixos índices criminais (em relação aos habitantes) e nem mesmo seus moradores percebiam tais bairros como sendo “perigosos”. Tais constatações encontraram respaldo na história de Marília (demarcada por flagrante segregação sócio-espacial) e em pesquisas orientadas por inquietações similares (FELIX, 2002; DELICATO, 2004).

² Para Enriquez (2004, p. 57), o outro ou o estrangeiro, é tratado com desconfiança, pois “incomoda”, é “um ‘exotista’ (alguns mais que outros) e [...] é aquele que interroga, com sua própria existência, as normas, os usos e costumes da sociedade que o

‘acolhe’”. Zaluar (1998, p. 249), por seu turno, alerta para quando “o adjetivo violento é utilizado para caracterizar o ‘outro’, o que não pertence ao seu estado, cidade, raça, etnia, classe social, bairro, família ou grupo”.

³ Fundado nas mesmas razões de Elias (1994), Michaud (1989:38) afirma: “se há um aumento da violência, ele não se encontra do lado da criminalidade, [... pois] nos tornamos [...] suscetíveis a uma insegurança que nunca foi tão fraca”.

⁴ Para Smith (1996, p. 70) “*gentrification is a back-to-the-city movement all right, but a back-to-the-city movement by capital rather than people*” que Fix (2000, p. 129), assim, traduziu: “gentrificação é de fato um movimento de retorno à cidade (back-to-city), mas um movimento de retorno à cidade pelo capital, mais do que pelas pessoas”.

⁵ As experiências são numerosas, desde as cidades européias às latino-americanas, influenciadas pelos “catalães”, denominação atribuída por Vainer (2000: 75) aos autores como Manuel de Forn, Jordi Borja e, posteriormente, Manuel Castells, que produziram textos e ofereceram consultorias para os tais Planos Estratégicos, ver Castells e Borja (1996). Sobre essas experiências, Bidou-Zachariasen (2003) tem sido bastante referenciado por reunir artigos de pesquisadores das “gentrifications” em Bruxelas, Lyon, Barcelona, Nápoles, Cidade do México e São Paulo.

⁶ Para os três eventos destacados, a dimensão das respostas dos governos nesta direção é amplamente conhecida, tenha sido o “*Patriot Act*” americano após o 11 de setembro e a tentativa de suspensão dos direitos civis; a paralisia do Estado de São Paulo e a reação do governo paulista aos ataques do PCC, marcada pela morte sumária de inúmeros “suspeitos” pela polícia militar nas periferias paulistas, sobretudo da capital; e, no caso do outono francês, do resgate de uma lei de exceção que havia sido utilizada pela última vez na Guerra da Argélia, em 1955 (ARANTES, 2006a; ARANTES, 2006b).

⁷ Dois aspectos que denotam isso podem ser vistos em Zizek (2003: 167), para Nova York, em que a única referência urbana mais “íntima” parece ter sido o “cheiro do amor”, assim descrito:

Durante meses depois do 11 de setembro foi possível sentir no sul de Manhattan, até a rua 20, o cheiro dos incêndios das torres do WTC – as pessoas se prenderam a esse cheiro, ele começou a operar como o que Lacan teria chamado de “sintoma de Nova Iorque”, uma cifra condensada da ligação libidinal do sujeito à cidade, de forma que, quando desaparecer, ele há de deixar saudades. São detalhes como esse que dão testemunho do amor pela cidade [...].

⁸ Zizek (2000) aponta *en passant* como exemplos de populações reduzidas a objeto da biopolítica, na categorização de Giorgio Agamben: “não basta enumerar os exemplos atuais de *Homo sacer*: os *sans papiers* na França, os habitantes das favelas no Brasil e a população dos guetos afro-americanos” (ZIZEK, 2003: 112).

¹⁰ Nos orientamos, neste caso, por Garnier (2007: 57) que, ao criticar as compreensões correntes de “*violence gratuite*”, “*aveugle*”, “*absurde*”, ou “*“muette’, c’est-à-dire sans revendications ni porte-parole*”, questiona:

Que reflète, en effet, la prolifération continuelle des “agents de sécurité” publics ou privé, avec ou sans uniformes, et des “dispositifs” de protection en tout genre, législatifs, institutionnels, techniques, architecturaux? Ne répondrait-elle qu’à des peurs non fondées? Ne serait-elle, au bout du compte, que le fruit d’une psychose collective entretenue par les pouvoirs en place?

Referências

- ADORNO, S e LAMIN, C. (2006) Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato S.; PAULA, Liana (Org.). *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto. p. 151-171.
- ARANTES, O. (2000) Uma estratégia fatal In: __. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes.
- ARANTES, P. E. (2006a) *Alarme de incêndio no gueto francês*. São Paulo (no prelo).
- __. (2006b) Duas vezes pânico na cidade. In: __. *Extinção*. São Paulo: Boitempo.
- BATISTA, V. M. (2003a) Na periferia do medo. *Estudos gerais da piscanálise*. Rio de Janeiro. http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/5e_Batista_36020903_port.pdf
Acesso 25/05/08
- __. (2003b) *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan. 272 p
- BAUMAN, Z. (1999) *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 145 p.
- __. (2008) *Medo líquido*. Rio de Janeiro, Zahar. 239 p.
- BERMAN, M. (1988) *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das letras.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). (2003) *Retours en Ville*. Paris: Descartes & Cie.
- BRESCIANI, M. S. M. (1990) *Londres e Paris no século XIX*. São Paulo: Brasiliense.
- CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros*. São Paulo: 34/Edusp. 400 p.
- CARLOS, A. F. A. (2001) *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto. 368 p.
- CENTRE d’Analyse Stractégique (2006) *Rapports et documents: Enquêtes sur les violences urbaines: comprendre les émeutes de novembre 2005*, acesso 30/05/08
http://www.strategie.gouv.fr/IMG/pdf/CAS_Violence_web.pdf
- CHALHOUB, S. (1996). *Cidade febril*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CHEVALIER, L. (1984) *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris: Hachette.
- DAVIS, M. (2001) *Ecologia do medo*. Rio de Janeiro: Record.
- DELICATO, C. T. (2004) *Faces de Marília*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Marília (SP): UNESP/FFC, 2004.
- ELIAS, N. (1994). *O processo civilizador*. I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ENGELS, F. (1977). Prefácio de “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” In: __ *Textos V. II*. SP, Sociais.
- ENRIQUEZ, E. (2004). O outro, semelhante ou inimigo? In: NOVAES, A. *Civilização ou barbárie*. SP: Cia das Letras.

ESPACES ET SOCIÉTÉS (editorial) (2007) *Emeutes en banlieues: lectures d'un événement*, n. 128-129.

FELIX, S. A. (2002) *A geografia do crime*. Marília: UNESP. 145 p.

FIX, M. (2001) *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo. 256p.

FOUCAULT, M. (2002). O nascimento da medicina social In: __. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. p 79-99.

GARNIER, J-P. (2007). Une violence éminemment contemporaine *Espaces et société*, 128/129.p. 55-69.

GUERRA, P. (2003). A cidade na encruzilhada do urbano. *Sociologia*, Porto (Pt), 13, p. 69-122.

HARVEY, D (1996). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

KOWARICK, L. (1975) *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. RJ, Paz e Terra.

__. (2000) *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34. 143 p.

LÉFEBVRE, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

MARLIÈRE, E. (2007). Les habitants des quartiers, entre peur et solidarité. *LOGOS V. 26 (14)*.

MICHAUD, Y. (1989). *A violência*. São Paulo: Ática. 116 p. (Série Fundamentos).

PERALVA, A. (2006). Levantes urbanos na França. *Tempo Social*, V.18, n.01, p. 81-104.

PERLMAN, J. (1977). *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 327 p.

REGUILO, R. (2001). Los laberintos del miedo. *Estudios sociales*, Bogotá. n. 05, p. 63-72.

ROLNIK, R. (1997). *A cidade e a lei*. 3. ed. São Paulo: Nobel/Fapesp. 242 p.

SANTOS, M. (1982). *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes. 125 p.

SLOOTER, L. (2007). *Cité dreams: an analysis of the french suburban riots of 2005*. Dissertação (Master of Arts in Conflict Studies & Human Rights) Utrecht (Holanda): Utrecht University. Acesso 25/08/08: <http://www.ufonds.uu.nl/tmp/content/314/1048443041225.pdf>

SMITH, N. (1996). *The new urban frontier*. London & New York: Routledge.

SOUZA, M. L (2000). *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 368 p.

STÉBÉ, J-M. (1999). *La crise de banlieues: sociologie de quartiers sensibles*. Paris: PUF.

TUAN, Y-F (2005). *Paisagens do medo*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Edunesp.

__. (1980). *Topofilia*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL. 288 p.

VAINER, C. (2000). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes. p. 75-103.

WACQUANT, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.

ZALUAR, A. (1998). Pra não dizer que não falei de samba. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

__. (2004). Violência e crime. In: __. *Integração perversa*. Rio de Janeiro, FGV. p. 217-279.

ZIZEK, S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo. 191 p.

Bibliografia sobre as “émeutes” francesas de 2005

AMIN, Samir; HERRERA, Rémy. A propósito de las revueltas de los barrios periféricos en Francia. *Observatório social de América Latina*, ano VII, n. 18, CLACSO, enero, 2006, p. 93-103.

BAUDRILLARD, Jean. The pyres of autumn. *New left review* n. 37, jan/feb, 2006.

BEAUD, S; PIALOUX, M. La “racaille” et les “vrais jeunes”: critique d'une vision binaire du monde des cités. *Liens-socio*, nov.2005.
http://www.liens-socio.org/article.php3?id_article=977 acesso 12/05/2008.

BELAÏD, Chakri et al. *Banlieue, lendemains de révolte*. Paris: La Dispute, 2006.

BOUTANG, Y. M. *La révolte des banlieues ou les habits nus de la république*. Paris: Amsterdam, 2005.

CESDIP. *Enquêtes locales 2005 sur la victimation et l'insécurité*, Aulnay-sous-Bois, 2005.

COLLECTIF, Ouvrage. *Une révolte en toute logique: des banlieues en colère*, nov. 2005.

DEVIANCE et societe (dossier). *Les émeutes urbaines: comparaisons internationales*, N.4, 2006.

DRAÏ, Raphaël, MATTEI, Jean-F. *La République brûle-t-elle?* Paris: Michalon, 2006. 199 p.

DONZELOT, J. *Quand la ville se défait: Quelle politique face à la crise des banlieues?* Paris: Seuil, 2006.

EMPAN (dossier). *Quel avenir pour les jeunes issus des classes populaires?* 2007/3 (n° 67)

ESPACES et societes (dossier). *Émeutes en banlieues: lectures d'un événement*, n. 128-129, 2007.

ESPRIT (dossier). *Penser la crise des banlieues*, n.10, 2006, p.112-145.

GIRARD, Bernard. *Banlieues: insurrection ou ras-le-bol?* Paris: Les points sur les i, 2006.

GUENIF-SOUILAMAS, N. (Org.). *La République mise à nu par son immigration*. Paris: La Fabrique, 2006.

HERODOTE (dossier) *Ghettos américains, banlieues françaises* Paris: La Découverte, 2006. 234 p.

HORIZONS strategiques (dossier). n. 2, 2006, (Centre d'Analyse Stractégique).

KHIARI, S. *Pour une politique de la racaille: immigré-e-s, indigènes et jeunes de banlieues*. Paris: Textuel, 2006.

KOKOREFF, M. Comprendre le sens des émeutes de l'automne 2005. *Regards sur l'actualité*, n. 319, 2006.

LAGRANGE, H; OBERTI, M (Org.) *Emeutes urbaines et protestations*. Paris: Sciences Po, 2006. 224 p.

LIGNES (dossier). *Le soulèvement des banlieues populaires*, n. 19. 2006

MARLIÈRE, Eric. Le sentiment d'injustice chez les jeunes d'une cite H.L.M. *Société et jeunesse en difficulté*, n. 2, 2006, acesso em 26/05/2007 <http://sejed.revues.org/document208.html>.

MAUGER, Gérard. *L'émeute de novembre 2005*. (Savoie): Croquant, 2006. 157 p.

MOUVEMENTS (dossier). *Émeutes, et après?* n°44, Avril, 2006.

MUCCHIELLI, Laurent; LE GOAZIOU, Véronique (Org.). *Quand les banlieues brûlent...: retour sur les émeutes de novembre 2005*. Paris: La Découverte, 2006. 155 p.

MUCCHIELLI, L. "La violence des jeunes": peur collective et paniques morale au tournant du XXe e du XXIe siècles. In: LEVY.; MUCCHIELLI, L.; ZAUBERMAN, R.. *Crime et insecurité*. Paris: L'Harmattan, 2006.

__. L'éphémère question des viols collectifs: étude d'une panique morale. *LOGOS*. Vol. 26, no 14, 2007.

NOVOA, L. Une approche ethnographique de l'appréhension institutionnelle de la délinquance des jeunes dits immigrés. *Socio-logos*, N. 3, 2008. <http://socio-logos.revues.org/document1592.html> .

QUEZADA, Freddy. *El "mayo negro" o el "octubre rojo" francés?* Managua, Nicaragua: CIELA, 2005.

REGARDS SUR L'ACTUALITÉ (dossier) *Comprendre les violences urbaines* n. 319, Paris, 2006.

REVUE d'urbanisme (dossier). *Banlieue en crise*, n. 346, nov, 2005.

ROCHE, Sébastien. *Le frisson de l'émeute*. Paris: Seuil, 2006. 221 p.

SAUVADET, Thomas. Causes et conséquences de la recherche de "capital guerrier" chez les "jeunes de la cité" *Déviante et Société*, 29, 2/4, pp. 113-126, 2005.

__. Les jeunes "de la cité". *Socio-logos*, n.1, 2006.
<http://socio-logos.revues.org/document55.html> acesso em 20/05/2008

SOCIÉTÉS Contemporaines. (dossier). *Ethnicisations ordinaires, voix minoritaires*. N. 70, 2008.

STEHLE, Maria. Narrating the Ghetto, Narrating Europe: From Berlin, Kreuzberg to the Banlieues of Paris. *Westminster Papers in Communication and Culture*, Westminster, London, V.3 (3): 48-70. 2006

TEMPO social (alguns artigos), V.18, n.01, 2006.

ZIZEK, Slavoj. Some politically incorrect reflexions on violence in France. *Multitudes*, nov, 2005.